

Termo de Cooperação Técnica N° 03/2025

Processo n° 2310.01.0012516/2024-75

Unidade Gestora: UNIMONTES/MG

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA  
QUE ENTRE SI CELEBRAM  
A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE  
MONTES CLAROS E O TRIBUNAL  
REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO,  
VISANDO A CESSÃO DE SERVIDORA.

Por este instrumento, a **UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS - UNIMONTES**, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 22.675.359/0001-00, com sede na Avenida Rui Braga, s/n° - Vila Mauriceia – Montes Claros/MG – CEP 39401-089, doravante denominado **CEDENTE**, neste ato representada pelo Magnífico Reitor, Senhor Wagner de Paulo Santiago, e o **TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO**, inscrita no CNPJ n° 47.784.477/0001-79, com sede na Avenida Álvares Cabral, n° 1805, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte - MG, CEP 30170-001, doravante denominado **CESSIONÁRIO**, representado por seu Diretor-Geral, Dr. Jânio Mady dos Santos, celebram entre si o presente Convênio de Cooperação Técnica, de acordo com a Lei Federal n° 14.133, de 1° de abril de 2021, a Lei Estadual n° 869 de 05 de julho de 1952, Decreto n° 47.558, de 11 de dezembro de 2018, e demais normas atinentes, mediante as condições estipuladas nas cláusulas seguintes.

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste convênio a cooperação entre os signatários para operacionalizar a cessão da servidora KEITH SHELLEY DANTAS GUIMARÃES, Masp 1174625-2, ocupante do cargo efetivo de Técnico Universitário, pertencente ao quadro de servidores da CEDENTE, para exercício de função comissionada de Assistente Adjunto II no CESSIONÁRIO, na Subseção Judiciária de Montes Claros, na modalidade de cessão com ônus para o órgão CEDENTE, mediante reembolso do CESSIONÁRIO.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA CONVALIDAÇÃO

2.1. O presente convênio de cooperação técnica terá vigência de até 60 meses a contar da data de início de exercício da servidora cedida no CESSIONÁRIO.

2.2. Ficam convalidados todos os atos e procedimentos atinentes à cessão da INTERVENIENTE no período compreendido entre a data de início de exercício da INTERVENIENTE no CESSIONÁRIO até a publicação deste instrumento, desde que seus efeitos não acarretem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.

2.3. O presente convênio pode ser prorrogado, a critério dos partícipes, por meio da formalização de Termos Aditivos, atendidos os requisitos legais.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1. São obrigações da CEDENTE:

- 3.1.1. Disponibilizar a servidora cedida para o cessionário;
- 3.1.2. Garantir à servidora cedida os direitos assegurados por lei na hipótese de cessão, comunicando ao CESSIONÁRIO quaisquer alterações;
- 3.1.3. Pagar diretamente à servidora cedida a remuneração relativa ao cargo efetivo;
- 3.1.4. Repassar mensalmente à unidade gestora do Regime Próprio de Previdência e Assistência Social dos servidores públicos do Estado de Minas Gerais – RPPS-MG –, e quando for o caso à Prevcom-MG, até o último dia útil do mês subsequente ao mês em que tiver sido efetuado o pedido de que trata o subitem 3.1.3 da CLÁUSULA TERCEIRA, importância equivalente:
  - 3.1.4.1. à contribuição ao regime próprio de previdência do Estado de Minas Gerais, incluídas as parcelas do servidor e patronal; ou
  - 3.1.4.2. à contribuição aos planos de benefícios administrado pela Prevcom – MG, além dos demais encargos e eventuais seguros contratados, na forma definida em regulamento, caso a INTERVENIENTE seja participante do regime de previdência complementar.
- 3.1.5. Remeter mensalmente ao CESSIONÁRIO ofício com pedido de recolhimento e repasse da cota patronal e da contribuição do servidor à unidade gestora do Regime Próprio de Previdência e Assistência Social dos servidores públicos do Estado de Minas Gerais – RPPS-MG –, e, quando for o caso, das contribuições do patrocinador e do participante à Prevcom-MG, além dos demais encargos e eventuais seguros contratados pela servidora ora cedida, bem como os procedimentos para repasse, até o último dia útil do segundo mês após o mês de referência do pagamento da servidora cedida;
- 3.1.6. Notificar o CESSIONÁRIO, após o prazo previsto no item 3.1.6, acerca da ausência de recolhimento, repasse da contribuição previdenciária ou incorreção nos valores da contribuição previdenciária, estipulando prazo para regularização, sob pena de:
  - 3.1.6.1. Retorno imediato do servidor cedido;
  - 3.1.6.2. Revogação da cessão.
- 3.1.7. Solicitar o retorno da servidora cedida à CEDENTE nas seguintes hipóteses:
  - 3.1.7.1. revogação pela CEDENTE do ato de cessão;
  - 3.1.7.2. descumprimento das obrigações previstas no Convênio de Cooperação Técnica;
  - 3.1.7.3. quando o CESSIONÁRIO, por 3 (três) meses consecutivos, não efetuar o recolhimento e repasse da contribuição previdenciária.
- 3.2. São obrigações do **CESSIONÁRIO**:
  - 3.2.1. Enviar, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após o início das atividades, uma declaração informando a data de início do exercício da servidora cedida no CESSIONÁRIO;
  - 3.2.2. Pagar diretamente à servidora cedida a remuneração relativa ao cargo em comissão para o qual a servidora cedida foi nomeada;
  - 3.2.3. Reembolsar mensalmente a remuneração percebida pela servidora cedida, bem como o ressarcimento das cotas patronal e de patrocinador ao CEDENTE e dos demais encargos;
  - 3.2.4. Arcar integralmente com todas as despesas relacionadas ao desempenho das atividades da servidora cedida durante a cessão, incluindo diárias de viagens, combustível, entre outras que sejam necessárias para o desempenho de suas funções no CESSIONÁRIO;
  - 3.2.5. Responsabilizar-se pelas atividades laborais desempenhadas pela servidora cedida;
  - 3.2.6. Garantir à servidora cedida o direito de usufruir das férias a que fizer jus, observado o regime jurídico-estatutário e a legislação em vigor, vedada a acumulação das mesmas;
    - 3.2.6.1. A servidora cedida faz jus a usufruir 25 (vinte e cinco) dias úteis de férias anuais, com opção de dividi-las em dois períodos, não podendo nenhum deles ter duração inferior a dez dias úteis;
    - 3.2.6.2. Para o ano de início da cessão, consta que a servidora cedida ainda não usufruiu de férias regulamentares, cabendo ao CESSIONÁRIO conceder as férias, com início até o último dia útil do ano;

3.2.6.3. No caso da cessão se encerrar antes do término do ano, havendo tempo hábil para marcação, a servidora cedida poderá gozar o saldo de férias na CEDENTE, desde que o início das férias não ultrapasse o último dia útil do ano.

3.2.7. Prestar todas as informações necessárias a CEDENTE correlacionadas ao objeto do presente Instrumento;

3.2.8. Não permitir a transferência ou cessão da servidora cedida a qualquer outro órgão, entidade, poder ou ente federativo;

3.2.9. Emitir certidão do tempo de serviço que lhe foi prestado pela servidora cedida cedido anualmente.

3.3. São obrigações da **SERVIDORA CEDIDA**:

3.3.1. Agir de acordo com os regulamentos internos do CESSIONÁRIO;

3.3.2. Estar ciente do disposto no art. 16 do Decreto Estadual nº 47.558/2018;

3.3.3. Apresentar-se imediatamente a CEDENTE nas seguintes situações:

3.3.3.1. caso ocorra a exoneração do cargo de provimento em comissão ocupado no órgão CESSIONÁRIO;

3.3.3.2. quando da rescisão de sua cessão ou do término do prazo de cessão, independentemente de convocação do órgão cedente;

3.3.3.3. quando for notificado pela CEDENTE em razão do CESSIONÁRIO descumprir obrigação prevista neste Convênio ou não efetuar o recolhimento e repasse da contribuição previdenciária, por três meses consecutivos.

3.3.4. Acompanhar mensalmente o cumprimento das obrigações do CESSIONÁRIO e da CEDENTE, em relação ao recolhimento e repasse das contribuições previdenciárias, através do Portal do Servidor.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA – DA RESCISÃO**

4.1. O presente convênio poderá ser rescindido nas seguintes hipóteses:

4.1.1. Consensualmente, mediante comunicação formal entre os partícipes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos da data prevista do retorno da INTERVENIENTE a CEDENTE;

4.1.2. A qualquer tempo, em razão da exoneração do INTERVENIENTE do cargo de provimento em comissão ;

4.1.3. A qualquer tempo, por descumprimento de qualquer uma das cláusulas pactuadas, devendo o descumprimento e rescisão serem imediatamente comunicado ao outro partícipe e à INTERVENIENTE.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO**

5.1. A CEDENTE providenciará a publicação de extrato deste convênio junto ao Órgão Oficial de Imprensa de Minas Gerais.

5.2. A CEDENTE providenciará anualmente a publicação do ato de disposição constando o número do convênio, a modalidade e vigência da cessão, nos termos do Decreto Estadual nº 47.558/2018, após a instrução de processo, contendo os seguintes documentos:

5.2.1. solicitação do titular do órgão ou entidade cessionária aprovada pelo titular do órgão ou da entidade de lotação do servidor;

5.2.2. Termo de anuência do servidor a ser cedido, nos termos do disposto no § 13 do art. 14 da Constituição Estadual;

5.2.3. Convênio de Cooperação Técnica entre os titulares de órgão ou entidade cedente e de órgão ou entidade cessionária.

5.3. Em caso de rescisão do convênio, a CEDENTE deverá providenciar a elaboração e a publicação de extrato de Termo de Rescisão, no Órgão Oficial de Imprensa de Minas Gerais, indicando a hipótese de rescisão aplicada.

## 6. CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1. Não se estabelecerá entre a servidora cedida e o CESSIONÁRIO qualquer tipo de relação jurídica trabalhista, seja qual for a sua natureza;

6.2. As PARTES, por si e por seus colaboradores, obrigam-se a atuar neste instrumento em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgão reguladores e/ou fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei Federal nº 13.709, de 2018;

6.3. O presente convênio poderá ser alterado, a qualquer tempo, mediante celebração de Termo Aditivo, que deverá ser solicitado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos e por escrito por um dos partícipes, mediante justificativa circunstanciada e proposta a ser aceita mutuamente pelos partícipes, observadas as normas legais vigentes sobre a matéria, vedada a modificação ou alteração de seu objeto.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1. As questões decorrentes da execução do presente Termo de Cooperação Técnica e dos instrumentos específicos dele decorrentes que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Subseção Judiciária de Montes Claros, renunciando os partícipes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido, o presente Termo de Cooperação Técnica é assinado eletronicamente pelas partes.

**Jânio Mady dos Santos**  
CESSIONÁRIO

**Wagner de Paulo Santiago**  
CEDENTE



Documento assinado eletronicamente por **Jânio Mady dos Santos**, **Usuário Externo**, em 19/03/2025, às 19:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wagner de Paulo Santiago**, **Reitor**, em 20/03/2025, às 16:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **108792085** e o código CRC **899E9440**.



